

Mais fiscalização salvará Plano Piloto

Gerência Executiva do Iphan aproveita exemplo da superintendência do Maranhão e do Ceará

Luís Cláudio Cicci
de Brasília

Uma parceria para a preservação de sítios arquitetônicos, experiência em prática em duas das catorze superintendências regionais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), inspira a defesa do projeto arquitetônico de Brasília. Graças a convênios com os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea) do Ceará e do Maranhão, fiscais do exercício profissional entram na luta contra agressões aos bens tombados.

O berço para a idéia da associação com o Crea-DF é a Gerência Executiva do Iphan para Brasília. Ainda que a proposta não passe de uma intenção de convênio e dependa da formalização do convite - ainda não feito por falta de oportunidade -, a possibilidade é vista com bons olhos pelo potencial parceiro. "Teremos a maior satisfação em colaborar para o cumprimento da legislação que defende a qualidade de vida no Plano Piloto", explica o presidente do conselho regional, Alberto de Faria.

No Iphan, o convênio com o Crea significa uma oportunidade para se driblar dificuldades estruturais que impedem resultados mais efetivos da fiscalização. "É uma saída para o instituto cumprir suas atribuições legais", explica a gerente-executiva, Thays Pessoto. A proporção entre o número de habitantes da região tombada, a dimensão do espaço sob tombamento e o número de técnicos para cobrar o respeito à legislação evidencia o quanto o quadro do Iphan é insuficiente para o serviço de proteção aos bens tombados.

São Luís

Hoje, cinco fiscais se encarregam de cobrar o respeito à preservação do projeto urbanístico original do Plano Piloto, numa área equivalente a 112,25 quilômetros quadrados, endereço para mais de 290 mil pessoas. "Com o dobro do efetivo atual poderíamos partir para a execução do projeto que pretendemos para o Distrito Federal, um trabalho propositivo", diz a gerente-executiva. "O quadro é exíguo", reconhece. Com o convênio, 19 fiscais do Crea ajudariam na tarefa.



Divulgação

Fiscais do Crea podem dificultar o desrespeito às regras do tombamento e as agressões ao projeto urbanístico

Em São Luís do Maranhão, a associação do Crea com o Iphan é fato desde 1992. Na parte da cidade que é considerada patrimônio cultural da humanidade, fiscalizações conjuntas impedem ações clandestinas de descaracterização das mais de 1,1 mil construções antigas. "Conseguimos fechar o cerco", diz a chefe da 3ª Superintendência Regional do Iphan, Sílvia Leal. "Nenhuma obra é regularizada sem análise e aprovação técnica do instituto."

Conforme a rotina de trabalho adotada, a inspetoria do Crea na capital maranhense não emite Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) sem a aprovação prévia do projeto pelo Iphan. O acordo prevê também fiscalizações preventivas periódicas, a cada três meses. "Se algo acontece e escapa, um dos responsáveis pelas vistorias sempre consegue evitar ações clandestinas descaracterizantes", diz a superintendente.

No Ceará, fiscais do Crea cobram, desde fevereiro de 2000, o respeito à preservação em três cidades tombadas pelo patrimônio histórico, artístico e cultural nacional. Os sítios urbanos de Icó, Sobral e Aracati têm construções típicas dos ciclos econômicos do couro e do algodão, obras erguidas no Século XVIII conforme padrões portugueses. "Conseguimos evitar a aprovação de projetos que se transformariam em verdadeiros monstros", explica o

chefe da 4ª Superintendência Regional do Iphan, Romeu Duarte.

O trabalho em parceria reforça a fiscalização para impedir intervenções clandestinas nos edifícios que ficam nos sítios históricos. A equipe das inspetorias do Crea-CE em Icó, Sobral e Aracati ajudam na tarefa que seria de dois arquitetos. "Para fazermos o trabalho de maneira ideal dependeríamos de, pelo menos, mais quatro técnicos", comenta Duarte. "Somamos a competência para erradicar o mal pela raiz."

Preservação

Como é o caso do Plano Piloto, a preservação das três cidades cearenses tem motivações mais que culturais. Icó disputa com outras 27 cidades brasileiras - Brasília inclusive - verbas do Projeto Monumenta, num total de US\$ 220 milhões, para a aplicação em obras de restauração. Sobral busca recursos do Programa Urbis e Aracati é candidata a financiamento na Caixa Econômica Federal para a conservação de sítios históricos.

Para que os fiscais do Crea-DF colaborem com a preservação de Brasília, além da formalização da parceria, seria preciso qualificação dos funcionários do conselho. "É indispensável treinamento para que nossos fiscais possam constatar, numa visita rotineira, um desrespeito à legislação do patrimônio", diz Alber-

to de Faria. "Poderia ser muito bom, além da troca de informações, se nos fosse possível assumir decisões sobre o embargo, funcionaria como um reforço."

(lclaudio@gazetamercantil.com.br)

■ Deve chegar hoje ao plenário da Câmara Legislativa proposta para a criação da Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília. Em votação, os deputados distritais vão decidir sobre a conveniência de um novo fórum para deliberar sobre mudanças no plano arquitetônico original de Brasília.

A idéia foi anunciada ontem, pelo presidente da Câmara Legislativa, Gim Argelo, durante a abertura do Seminário sobre Educação Patrimonial no Distrito Federal. "O deputado distrital tem força, conforme a Lei Orgânica, para fazer mudanças de destinação de lotes, mas, para usar essa prerrogativa, o projeto vai ter que passar pela nova comissão", explica o parlamentar.

Faz parte da proposta a ser encaminhada ao plenário a elaboração da Carta de Brasília. "A idéia é convocar todas as entidades e lideranças da cidade para, ao logo de seis meses, elaborarmos esse documento", diz o Argelo. "Estamos nos posicionando em defesa da preservação do nosso patrimônio, assunto que deve ser discutido aqui e não somente em Paris."